



Pesquisa em Comunicação na Região Norte: intersecções necessárias¹

Sandro Adalberto COLFERAI²

Universidade Federal do Amazonas, Manaus, AM
Universidade Federal de Rondônia, Vilhena, RO

RESUMO

O artigo trata das aproximações necessárias para a pesquisa em Comunicação na Região Amazônica concentrando-se, principalmente, na tomada da região em toda a sua complexidade, a fim de dar contas das diversas instâncias e nuances implicadas. São destacadas a Amazônia como espaço social e, ao mesmo tempo, natural, e a comunicação como campo estratégico para abordar a região. Neste processo aponta-se a relevância do Paradigma da Complexidade para a abordagem proposta e o conceito de região Arte-Fato para operar tal abordagem. Também é realizada rápida apresentação do panorama institucional atual da pesquisa em Comunicação na região Norte

PALAVRAS-CHAVE: Comunicação; Campo Científico; Região; Amazônia; Complexidade.

Introdução

A percepção a partir da qual nos lançamos é de que a pesquisa em comunicação na Amazônia torna visíveis limites que precisam ser transpostos a fim de dar conta das particularidades e demandas concretas das sociedades regionais. É possível afirmar que vários dos esforços realizados lançam luz sobre o tema, mas ao mesmo tempo em que contribuem para a compreensão das realidades amazônicas, podem ser lidos como reflexo de um pensamento sobre a região construído sobre bases teóricas e epistemológicas articuladas desde outros contextos. Trata-se, em parcela significativa desses trabalhos de pesquisa, de exercício de adequação do objeto à teoria. Entendemos que é necessário pensar em um processo de pesquisa capaz de dar conta dos desafios de abordar a região e suas especificidades e chegar à apreensão das interrelações locais com o campo da Comunicação.

As particularidades que diferenciam a Amazônia de outras regiões pressupõem uma abordagem que considere as características locais. As diferenças culturais, as imensas distâncias e o meio ambiente são os elementos fundamentais a serem considerados quando pensamos a comunicação na Amazônia. As cidades estão em meio

¹ Trabalho apresentado no DT 7 – Comunicação, Espaço e Cidadania, do XII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Norte realizado de 01 a 03 de maio de 2013.

² Doutorando em Sociedade e Cultura na Amazônia (UFAM); mestre em Comunicação Social (PUCRS); professor de Jornalismo (UNIR). E-mail: sandrocolferai@gmail.com



a toda a diversidade regional, e é primordialmente nelas que se verificam as características que destacam os meios de comunicação como elementos fundamentais para a compreensão da Amazônia contemporânea.

Amazônia, espaço geográfico e humano

O espaço social amazônico é diverso, composto desde cidades cosmopolitas densamente povoadas, como Manaus e Belém, até pequenos grupos indígenas ou quilombolas, que se espalham desde o alto rio Negro até o vale do rio Guaporé; as distâncias ainda medidas em dias pelos rios da região ou em longas horas de voo – ainda são poucas as estradas, e parecem intermináveis; o meio ambiente amazônico, dominado pela floresta tropical, se apresenta tão exuberante quanto heterogêneo, desde os mangues no litoral do oceano Atlântico, passando pelo cerrados ao sul da região, até as diferentes matas nas calhas dos grandes rios.

A tomada desse mesmo espaço, a partir do século XVI, por europeus em luta contra os povos indígenas e, mais tarde, as levas de imigrantes brasileiros que se deslocaram para o Norte do país, acabaram por dar a conformação atual – mas não final, claro! – da população. É assim que desde as milenares populações indígenas, passando pela população ribeirinha, até os grupos que ocuparam a região a partir da segunda metade do século XX, fixando-se em áreas de colonização agrícola e pecuária ou nos grandes centros urbanos da região, precisam ser considerados neste contexto.

Parte daí a percepção de que a Amazônia somente poderá ser interpretada se todas as complexidades representadas pela *natureza* e pela *sociedade* amazônicas forem tomadas em conjunto. Natureza e sociedade não são apenas partes de um mesmo objeto, mas o objeto em si, que somente em exercícios de digressão teórico podem ser separados. Posições dissonantes do estereótipo ainda hoje imposto à Amazônia são possíveis de serem vistas já em Leandro Tocantins (1982, 2000) e Djalma Batista (2007), entre outros, que estão entre os primeiros a considerar de maneira não-determinista a indissociabilidade entre sociedade e natureza na Amazônia.

Ao contrário do que fazem crer as imagens estereotipadas sobre a Amazônia, a região é ocupada por uma população essencialmente urbana. São 15,8 milhões de pessoas vivendo nos sete estados da região Norte do Brasil. Destes, 73,5% vivem em zonas urbanas, com algumas cidades superando um milhão de habitantes (CONTAGEM, s/d). Este dado é, em si, uma inversão da percepção corrente do que é a Amazônia.



Nas sete capitais estaduais estão 30,7% da população da região, e todas elas apresentam índices superiores a 90% dos moradores residindo nas zonas urbanas. Outros 6,6 milhões de pessoas vivem na sua maior parte em cidades de até 100 mil habitantes. E aqui é preciso esclarecer que o perfil de uma cidade média na Amazônia não é aquele tomado a partir do número de habitantes, mas a capacidade que a cidade tem em ser um centro de serviços regional. A considerar uma malha urbana rarefeita distribuída por mais da metade do território brasileiro, compreende-se a necessidade de tomar aglomerados urbanos com menos de 50 mil habitantes como centros regionais e serem conceituados como cidades médias (STEINBRENNER, 2007).

É ainda Steinbrenner (2007), que argumenta que o estereótipo imposto à região faz com que a população da Amazônia, principalmente sua parcela urbana – que, afinal, é a maior parte dos habitantes da região – se invisibilize até para si mesma. Diante dos discursos históricos, e dos discursos dos meios de comunicação, ambos colocando o ambiente como a principal característica da Amazônia, a população urbana corrobora a ideia de sua quase ausência no cenário verde que lhes é apresentado como a síntese adequada do lugar onde vivem.

Neste cenário de predominância da população urbana, que contraditoriamente desaparece para dar lugar ao ambiente, é fundamental o papel que exercem os meios de comunicação social. São eles que parecem dar a inserção necessária aos habitantes da Amazônia, seja para a formação do espaço social regional, ou para o pertencimento à nação. É assim que a conjugação entre as características regionais e a presença dos meios de comunicação se apresenta como tema fundamental para a compreensão da Amazônia contemporânea.

A Comunicação como campo estratégico

O índice de acesso aos equipamentos de suporte para as mensagens dos meios é dado fundamental para entender a profundidade com que a comunicação está implicada no ambiente socioambiental amazônico. Aqui tomamos apenas três suportes, os aparelhos de televisão, telefones celulares e os computadores com acesso à internet para argumentar sobre a importância da reflexão acerca da comunicação na Amazônia. De acordo com dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE, e levantado durante as Pesquisas Nacionais por Amostragem de Domicílio, PNAD, os índices de acesso a esses suportes são, via de regra, inferiores à média nacional, mas em



pelo menos dois deles, o crescimento do acesso supera a média no país (PESQUISA, s/d).

Considerando os dados PNAD divulgados nos anos de 2007 e 2009 a presença de aparelhos de televisão na região Norte cresceu 2,6%, passando de 88,5% dos domicílios com pelo menos um aparelho, para 90,8%. Nos mesmos dois anos o crescimento no país foi de 1,4% (94,4% em 2007, para 95,7% em 2008). No caso do acesso à internet, no mesmo período, 2007-2009, a proporção de domicílios da região Norte com computadores com acesso passou de 8,2% para 13,2%, crescimento que corresponde a quatro vezes o índice nacional, que ficou em 15,1%. Já os dados referentes à presença do telefone celular o crescimento na região Norte é próximo à média nacional: 24,4% no Norte e 29,9% no país. Não se trata de uma distância tão grande entre os dois índices e o dado mais relevante é o que 49% dos domicílios da região tem pelo menos um aparelho celular (PESQUISA, s/d).

Os números apresentados no Censo 2010 e pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil (2010) seguem os índices de crescimento no acesso, e corroboram a ideia acerca das profundas diferenças existentes entre as Amazônias urbana e rural. A média de domicílios com acesso à internet na região Norte é de 15,4%, o que a deixa distante da média nacional, que alcança 30,7%. Mas, tomar este dado de maneira isolada é olhar para o tema de maneira parcial: o crescimento apresentado na região Norte para o acesso à internet, entre 2005 e 2009, mostra aumento do número de domicílios com acesso à internet superior a 25%. Este é o maior índice entre as grandes regiões brasileiras. Entre 2009 e 2010 o índice de crescimento do número de domicílios com acesso à internet no Norte do Brasil se manteve, batendo 16,5%, novamente o maior entre as grandes regiões. No mesmo período o crescimento médio no país foi de 12,1% (CENSO, s/d).

O aumento do acesso na região Norte aos suportes de comunicação social torna lícito inferir que isso implica em mudanças nas vivências regionais. As mensagens disponibilizadas, as relações culturais diferentes das locais, mas com estas postas em contato, são influências relevantes para as populações amazônidas, que cada vez mais têm acesso às tecnologias da comunicação. E neste contexto a televisão e a internet têm papel relevante de maneira incontestável. E novo elemento parece se impôr nos últimos anos, mais uma vez seguindo a tendência global: a presença do celular, já um aparelho multiplataforma, por reunir em um único equipamento a possibilidade de ter acesso aos



sinais da televisão, do rádio, armazenar os mais diferentes arquivos e acessar a internet e todo os serviços a partir dela disponibilizados.

Estas possibilidades são capazes de fazer antever o impacto crescente que haverá sobre as populações da Amazônia brasileira nos próximos anos. Problematizar questões a partir de dados como estes – que, sabemos, são simples diante da complexidade das relações que delineiam – se impõe a fim de conseguir compreender as implicações sociais e os processos desencadeados. É tendo isso em mente que consideramos fundamental compreender como, ao longo dos últimos anos questões estão sendo formuladas pela pesquisa acadêmica brasileira. Assim como estão sendo propostos os objetos de estudo, quais as teorias de que se tem lançado mão e como e quais são os métodos utilizados para dar conta das investigações.

Uma ciência do Sul, no Norte!

A organização do conhecimento é princípio e operação consagrada pela ciência, e que tanto fez avançar a compreensão que temos sobre nós mesmos e de tudo o que temos a nossa volta. Este princípio traz consigo o risco de nos tornar cegos, ou pelo menos indiferentes, a todo o restante, à desordem que não pode ser submetida à ordem e à classificação tal como a concebemos em nosso atual estágio de conhecimento. É desta percepção que parte Edgar Morin para argumentar em favor de um pensamento complexo, que considere nas suas reflexões não apenas o ordenável, mas também aquilo que não é posto sob a ordem, ou seja, a incerteza, o não-distinguível (MORIN, 2011).

O conhecimento é então relativo e incerto, e não o local de ancoragem da ciência: ele não pode mais escapar da relatividade e da incerteza. Se por um lado a ausência de um porto seguro pode parecer temerosa, por outro é um estímulo. A admissão de zonas cegas leva às novas percepções. “A necessidade de relacionar, relativizar e historicizar o conhecimento não acarreta apenas restrições e limites; impõe também exigências cognitivas fecundas” (MORIN, 2008, p. 23).

Trata-se, é claro, de uma nova maneira de pensar, e como tal necessita de novos lugares de pensamento. É neste sentido que Morin propõe que haja um *pensamento do sul*. Mas, não se trata de um sul geográfico, simplesmente, mas de uma nova direção do pensamento. Se o hemisfério sul sempre foi tomado como periferia na organização do pensamento, é dele que pode advir uma nova maneira de encarar o conhecimento, e para isso os diversos “suis” podem e devem ser conjugados e terem misturadas as mais



diferentes abordagens, sejam religiosas ou míticas, que se liguem umas às outras e à nova consciência ecológica.

Existem múltiplos conhecimentos, saberes sobre o mundo mineral, vegetal e animal que temos que incorporar. Existem artes de viver muito diversas e ricas, inclusive nas pequenas sociedades indígenas da América do Sul e da África. Deste modo, ao reunir e conjugar todas essas heranças culturais, um pensamento do Sul é capaz de realizar uma nova e grande problematização. (MORIN, 2011, p. 12)

Se o *pensamento do sul* toma como referência as tradições das populações do sul geográfico, que sempre esteve apartado do norte provedor de ciência, as novas maneiras do fazer científico devem ser buscadas nos diversos “suis”, os lugares de novas posturas, da agregação, do juntamento, e não da separação, da compartimentação. É neste sentido que o Norte brasileiro pode se converter no lugar do pensar diferente, uma vez que emergindo da periferia do pensamento brasileiro – e ocidental –, pode trazer consigo as novidades que a diferença carrega. Trata-se, é claro, de uma opção pela complexidade dos fenômenos, de assumir abordagens imersas em contradições, mas também em solidariedades capazes de ver através dos limites impostos pela separação dos campos de conhecimento.

A lição de Sousa Santos (1995) converge para o pensamento complexo ao considerar quatro pontos fundamentais para o que chama, na segunda metade da década de 1980, de “paradigma emergente”. É na posição de Sousa Santos que encontramos posturas necessárias para tornar possível o olhar complexo sobre o objeto proposto. Trata-se da percepção de que *todo conhecimento científico-natural é científico-social, todo conhecimento é local e total, todo o conhecimento é auto-conhecimento e todo conhecimento científico visa constituir-se em senso comum.*

Este princípio se apresenta contrário à especialização do saber. O conhecimento é agora um conhecimento total, sem distinções por disciplinas, mas por temas que convergem uns para os outros, e cujo conhecimento aumenta conforme cresce o objeto, conforme espalha suas raízes em busca de novas conexões. É então um conhecimento total, mas que também é local, por admitir traduções, reapropriações, e que concebe a “imaginação e generaliza através da qualidade e da exemplaridade” (SOUSA SANTOS, 1995, p. 48). A totalidade do conhecimento foge do determinismo, e evita o descritivismo por ser local.

A reflexão global sobre o mundo requer, também, novas formas de conceber objetos e sujeitos. Para Sousa Santos chega-se ao ponto em que o caráter biográfico e



auto-referenciável é plenamente assumido na ciência. Agora é necessário “um conhecimento compreensivo e íntimo que não nos separe e antes nos una pessoalmente ao que estamos estudando” (SOUSA SANTOS, 1995, p. 53). A incerteza do conhecimento não é mais uma limitação técnica que deve motivar sua superação. Ela é muito mais a chave do conhecimento. A ciência não busca mais o controle do mundo, mas o contempla, e partilha tudo o que apreende, oferecendo não apenas conhecimento, mas satisfação pessoal.

A ciência referida por Sousa Santos reconhece que nenhum conhecimento isolado é racional, e que somente a reunião de todas as formas de conhecimento pode ter tal pretensão. É por isso que esta ciência complexa, para ele o paradigma emergente, busca dialogar e se deixa penetrar por todas as formas de conhecimento. Enquanto a ciência moderna posiciona-se contra o senso comum, a nova ciência o reabilita, reconhece-o em suas possibilidades a fim de enriquecer suas relações com o mundo. Esta ciência sabe que o senso comum faz coincidir causa e intenção e então, “sem sensocomunizar-se, não despreza o conhecimento que produz tecnologia, mas entende que, tal como o conhecimento se deve traduzir em autoconhecimento, o desenvolvimento tecnológico deve traduzir-se em sabedoria da vida” (SOUSA SANTOS, 1995, p. 57).

Ainda que seja como possibilidade, é com um olhar complexo que a Comunicação na Amazônia precisa ser contemplada. Trata-se de uma postura que leva em conta todos os aspectos que a circundam, mesmo que deles não se ocupe de maneira direta. É a opção pela visão em grande angular!

Complexa Amazônia, região Arte-Fato

A complexidade que se impõe na Amazônia é ao mesmo tempo a necessidade de considerar o espaço amazônico e as ideias que há sobre a região. E o ponto de entrada neste complexo é a própria noção de região, que ao mesmo tempo que define, confunde: a região como parte, território, divisão, espaço ocupado, periferia... (HAESBAERT, 2010). No caso da Amazônia brasileira, que se confunde com a divisão política que a coloca como a Região Norte, a definição é antes de tudo ligada à ideia de floresta, à Floresta Amazônica. Tal concepção faz com que haja uma ideia predominante sobre o espaço amazônico – dominado por florestas, rios e pelo clima – e a sociedade que o habita – submetida às determinações naturais. E esta visão contemporânea da Amazônia



é devedora das primeiras narrativas de exploradores, e daquelas que se seguiram ao longo dos últimos cinco séculos.

Para abordar a Amazônia a partir de uma visão complexa e que deve considerar o espaço e a natureza, as fronteiras naturais e simbólicas, as sociedades amazônicas, além de um imaginário sobre a região, mas a ela externo, lançamos mão do conceito da Região *Arte-Fato*, proposto por Haesbaert (2010). A Região *Arte-Fato* permite romper com as dualidades realistas e idealistas sobre como conceber uma região. A ideia de uma região *Arte-Fato* “permite indicar que o regional é abordado ao mesmo tempo como criação, autofazer-se (‘arte’) e como construção já produzida e articulada (‘fato’)” (HAESBAERT, 2010, p. 110).

A dualidade de que fala Haesbaert surge na não-convergência, ou simples oposição, entre a ideia de um construto de região de natureza ideal-simbólica, e outro material-funcional. O primeiro se apresenta no sentido de construir teoricamente a representação do espaço, ou a identidade a partir do espaço vivido. O segundo considera as práticas econômico-políticas com que as parcelas de uma sociedade constroem de maneira desigual e/ou diferente seu próprio espaço. Ao propor a abordagem da região como *Arte-Fato*, Haesbaert (2010) não concebe esta divisão e faz a convergência entre as duas ideias.

A abordagem da região como *Arte-Fato* permite então superar a abordagem da Amazônia apenas como espaço natural, ou então somente como espaço simbólico. A Região *Arte-Fato* não nega um ou outro, mas faz com que possam ser tomados juntos. Não se nega a relevância do ambiente na composição da região, mas também não reduz as dinâmicas à ação humana.

Neste sentido, ainda que centralizemos nossa análise sobre os sujeitos sociais, por maior que seja seu poder, eles nunca poderão abdicar de seu atrelamento aos condicionantes “naturais” diante dos quais se situam e com os quais articulam sua espacialidade. (HAESBAERT, 2010, p. 193)

A leitura dos relatos dos cronistas e viajantes que exploraram a Amazônia até o século XIX é o princípio das ideias que conformam a Amazônia para o mundo. Ali tornam-se visíveis a surpresa e a admiração diante das grandes distâncias e de todos os superlativos presentes na natureza amazônica. Para traduzir o que viam lançavam mão do imaginário europeu sobre as terras distantes, sobre o Novo Mundo. Aí se completa a viagem feita pelas ideias, desde outros continentes, e sobre outras terras distantes, que



encontram lugar agora no vale do Amazonas. São diversos os personagens das ciências e das artes, principalmente europeus, entre os séculos XVI e XIX³, responsáveis pelas visões de um mundo de possibilidades, perigos e riquezas que realizam a imaginação do outro nas terras distantes da Amazônia (PINTO, 2008).

Nessa perspectiva queremos sugerir que o processo de formação do pensamento que construiu a Amazônia, como um espaço natural e cultural, vem ao longo desses cinco séculos produzindo e continuamente reinventando, a partir de um conjunto relativamente limitado de idéias, as percepções que se tornaram as mais persistentes, dentro certamente do quadro mais amplo e diversificado da geografia do Novo Mundo. (PINTO, 2008, p. 13)

Se um traço em comum pode ser considerado entre relatos de viagens, romances e filmes, este é a natureza exuberante, que se converte no ponto de partida das ideias e narrativas sobre a Amazônia. E deste ponto inicial passam a se organizar as sociedades que ocupam a região. As populações endógenas são, em uma relação contraditória, obstáculo e apoio às ideias e ações sobre o espaço. E as ideias e as ações daí resultantes configuram as concepções sobre a natureza, numa circularidade em que não é mais possível distinguir natureza e sociedade, a construção simbólica do material-funcional.

A região amazônica não é uma, mas várias. Convivem no espaço apresentado sob uma pretensa homogeneidade e conhecido como Amazônia as mais diferentes temporalidades, as diversidades de práticas sociais cotidianas e mesmo espacialidades distintas. Há a Amazônia holística que quando vê “a caça e a água fugindo [...] vê fugirem os espíritos”, e “Há a Amazônia da natureza dessacralizada, pobre de espíritos” (GONÇALVES, 2005, p. 9-10). E entre estas duas regiões há uma infinidade de matizes necessárias de serem consideradas e pensadas. As diferentes temporalidades são atravessadas pelas mais diferentes práticas e, especialmente e de maneira crescente, pelas tecnologias da informação e comunicação – como anteriormente abordado. Esta região exige uma visão complexa!

Neste entrelaçamento os encontros entre sociedade, natureza e tecnologias da informação e comunicação “precisam ser tomados como constituidores da vida

³ É assim com o relato do frei Gaspar de Cavajal, que encontra nas margens do grande rio as lendárias amazonas gregas, e com pessoas como o padre austríaco, a serviço da Espanha, Samuel Fritz, no século XVII; o francês Charles Marie de La Condamine, no século XVIII; o naturalista português Alexandre Rodrigues Ferreira, que empreendeu a “viagem filosófica” pela Amazônia entre 1783 e 1792, e que teve como principais referências – ao tratar dos habitantes da Amazônia – as ideias do naturalista francês Conde de Buffon, sobre as variedades da espécie humana; o casal Louis e Elizabeth Agassiz, nos meados do século XIX, que relata a experiência de viagem ao Brasil e especialmente à Amazônia com uma perspectiva essencialmente feminina, tratando das percepções da paisagem e dos fatos humanos (PINTO 2008).



cotidiana do amazônida para que nos aproximemos de uma tradução da realidade da Amazônia” (MONTEIRO e COLFERAI, 2011, p. 43). Trata-se de um espaço de conflitos, mas também de negociação e criatividade.

O campo da comunicação que nos chega...

A ideia de um campo brasileiro da comunicação, alvo de discussões para pesquisadores de diferentes orientações teóricas, é devedora de dois elementos relevantes na configuração do pensamento comunicacional em nosso país. O primeiro deles é o conceito de *campo científico* como apresenta Pierre Bourdieu (1983[1976]); o outro são as relações, ultrapassagens e releituras realizadas, na América Latina, de teorias e métodos concebidos para as pesquisas em comunicação feitas a partir do romper da segunda metade do século XX na Europa e, principalmente, nos Estados Unidos.

Estes dois elementos são a base do movimento que leva, na década de 1970, ao início da configuração de um campo da comunicação no Brasil. Desde então há um crescente estoque cognitivo, tanto nas instituições de ensino como nas empresas, nos organismos governamentais e em organizações sociais, que permite apontar a existência de um campo da comunicação no Brasil (MELO, 2008, p. 9). A presença constante de brasileiros entre os mais influentes pensadores do campo da comunicação na América Latina é claro indicativo tanto da importância como da configuração da área no país⁴. Como aponta Marques de Melo (2008), Luiz Beltrão ao propor o que mais tarde se constituiria na Folkcomunicação torna-se o mais importante pesquisador em Comunicação durante os primeiros movimentos do campo no Brasil. A proposição de Beltrão também é uma ultrapassagem das teorias difusionistas de extração predominantemente norte-americana.

Na esteira de Beltrão, que apresenta sua mais original ideia ainda na década de 1960, a pesquisa acadêmica brasileira com foco na Comunicação cresce notadamente ao longo da década de 1970 – período em que também se consolidam grandes empresas da área e o ensino de graduação em comunicação. O maior interesse da pesquisa no campo, o surgimento dos programas de pós-graduação – o primeiro foi o da Universidade de São Paulo, com o mestrado instalado em 1972 e o doutorado em 1980 – e a fundação

⁴ O pesquisador mexicano Gustavo León Duarte destaca principalmente a contribuição de Luiz Beltrão, Décio Pignatari, Muniz Sodré, Sérgio Caparelli para o Pensamento Comunicacional Latino-Americano. Ele ainda destaca o papel precursor de Barbosa Lima Sobrinho (DUARTE, 2008)



das primeiras associações de pesquisadores e de escolas de comunicação, como a Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares, Intercom (1977), e a Associação Brasileira de Escolas de Comunicação, Abecom (1980), são os primeiros movimentos para a consolidação da área de estudos (MARQUES DE MELO, 2008).

O aumento da produção acadêmica e a própria constituição do campo no país levam a análises reflexivas, especial sobre a recepção brasileira às correntes do pensamento hegemônico (HOHLFELDT, 2008) e à proposição de programas de pesquisa. Aí podem ser destacadas as análises de Marques de Melo (1983, 1984), Capparelli (1980), Dencker (1988) Kunsch e Dencker (1997), Weber, Bentz e Hohfeldt (2002) e Lopes (2003), entre outros. Nesta esteira o que se nota já a partir da década de 1990 é a crescente organização e a consolidação da área da Comunicação no país, que aponta para a existência de uma Campo Científico da Comunicação no Brasil.

É esta a conclusão a que chega Romancini (2006) em tese de doutorado defendida em 2006 na ECA/USP. Ao abordar a produção e as bibliografias que circulavam nos então 19 programas de pós-graduação existentes no país, Romancini aponta a constituição do Campo Científico da Comunicação no Brasil. De acordo com Romancini há intenso debate sobre a natureza do próprio campo, assim como há produção científica e debate sobre a natureza da comunicação e da área, estes fatores de acúmulo de capital científico, sobretudo nos PPGCOMs, seguindo um padrão “conflitivo-constutivo”. Apesar de não ser possível apontar, como destaca Romancini, para um paradigma dominante no campo, há a intensa circulação de material científico, especialmente entre os PPGCOMs, e é crescente a quantidade de análises na área sobre a própria área no Brasil (ROMANCINI, 2006, p. 260).

As conclusões apresentadas por Romancini, que vão ao encontro das características apontadas por Bourdieu para a constituição de um Campo Científico, também mostram que há no princípio do século XXI, quando considerados os autores estrangeiros, clara preferência pelo contexto europeu de pesquisa, o que demonstraria a superação, no campo brasileiro, dos modelos funcionalistas norte-americanos. Outro ponto, este fundamental para a nossa compreensão da pesquisa em comunicação, especialmente na sua intersecção com a região amazônica, é que o capital científico acumulado pelo Campo da Comunicação no Brasil “traz elementos para a reflexão sobre o caráter trans/inter/disciplinar do campo” (ROMANCINI, 2006, p. 260).

A apropriação do Campo da Comunicação não é feita aqui de maneira fechada em si mesmo, mas a partir da perspectiva da existência de um espaço preferencial para



as disputas específicas de um grupo com interesses comuns. A produção do Campo Científico da Comunicação precisa ser pensada em conjunto com a Região Amazônica, considerando a complexidade implicada nesta região Arte-Fato, de maneira a garantir visão ampla e profunda.

Intersecções necessárias

Parece-nos que este avançar rumo à compreensão intersecções entre o Campo da Comunicação e a Região amazônica é fundamental para compor parcela significativa do pensamento sobre a Amazônia nas próximas décadas. Mas, diferente de se tratar de uma dicotomia, ou de encontro que resulta em equação acabada, as relações entre a região e o campo da Comunicação são profícuas e capazes de lançar luz, a partir de uma perspectiva crítica, ao conjunto das ações e percepções que há na Amazônia acerca da comunicação, e no campo da Comunicação sobre a Amazônia.

As questões formuladas a partir do campo da Comunicação na Amazônia têm ganhado corpo com a instalação de crescente número de escolas de comunicação em todos os Estados amazônicos e a realização de encontros de pesquisadores em comunicação, principalmente ao longo da última década. Atualmente há nos nove estados da Amazônia Legal 56 escolas de comunicação⁵ – com habilitações em Publicidade e Propaganda, Jornalismo e Relações Públicas –, e dois cursos de mestrado foram instalados nos últimos cinco anos nas universidades federais do Amazonas e Pará. A formação de profissionais em comunicação na região e a existência de espaços de pesquisa voltados especificamente para o campo apontam para o surgimento de uma crítica local na intersecção entre o Campo da Comunicação e a Região Amazônica.

E estes espaços são potencializados pela organização regular de eventos na Amazônia promovidos por associações de pesquisadores em comunicação. Neste ponto é relevante o congresso regional da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares em Comunicação, Intercom, que desde a primeira metade dos anos 2000 realiza encontros anuais na região Norte. Recentemente a Asociación Latinoamericana de Investigadores en Comunicación, Alaic, passou a realizar encontros regionalizados, entre eles o Congresso da Regional Bacia Amazônica, que envolve os diversos países da porção norte da América do Sul. Além disso, na Amazônia têm tomado lugar alguns dos mais relevantes eventos nacionais do campo da comunicação, entre os quais podem ser

⁵ Dados obtidos a partir de levantamento realizado no site <emec.mec.gov.br>, em 27/06/2012.



listados o 3º Congresso Brasileiro de Jornalismo Ambiental, que aconteceu em Cuiabá-MT, em 2010; as Conferências Sul-Americana e Brasileira de Mídia Cidadã, realizadas em 2011 em Belém-PA; e o Congresso Nacional da Intercom, que acontece em 2013 em Manaus-AM.

O fortalecimento da institucionalização do campo da Comunicação na Amazônia brasileira, que se soma às questões inerentes à comunicação na região, e as características próprias da sociedade amazônica imersa nas relações concretas estabelecidas com a natureza, são claros sinalizadores da importância de compreender as intersecções aí presentes. É preciso conhecer como o Campo Científico da Comunicação enxerga a região amazônica, e como a região aborda o campo científico. Abordar esta dupla articulação pode apontar para onde segue a pesquisa em Comunicação na e sobre a Amazônia, e contribuir para a compreensão da Amazônia em suas configurações contemporâneas.

Abordagem necessária é a da produção acadêmica no Campo da Comunicação para compreender como é ali tomada a Amazônia. Da mesma forma é necessária a abordagem que faça o movimento inverso, mas complementar ao primeiro: a atenção à apropriação feita do Campo da Comunicação na pesquisa acadêmica realizada na região. Desta dupla relação é possível fazer emergir uma interpretação particularizada da Amazônia, que pode contribuir para o conhecimento que temos tanto da região como do campo do conhecimento aqui objeto de atenção.

Referências bibliográficas

BATISTA, D. **O complexo da Amazônia** – Análise do processo de desenvolvimento. 2ª Ed. Manaus: Valer, Edua e Inpa, 2007.

BOURDIEU, P. **O campo científico**. Trad. Paula Montero. In: ORTIZ, R. (org.). Bourdieu – Sociologia. Coleção Grandes Cientistas Sociais, vol. 39. São Paulo: Ática. 1983.

CAPPARELLI, S. **Situação da pesquisa em Comunicação na América Latina e no Brasil**. In: CAPPARELLI, S. Comunicação de massa sem massa. São Paulo: Cortez, 1980.

CENSO 2010 – Resultados preliminares. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/resultados_preliminares_amostra/notas_resultados_preliminares_amostra.pdf>. Acesso em 27/02/2012.

CONTAGEM populacional 2011. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=amr>>. Acesso em 01/03/2012.



DENCKER, A. F. M. **A configuração da pesquisa de comunicação no Brasil**. Dissertação de mestrado. São Paulo: ECA/USP, 1988.

DUARTE, G. A. L. **Contribuições brasileiras ao pensamento comunicacional latino-americano**. In: O campo da comunicação no Brasil. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

GONÇALVES, C. W. P. **Amazônia, Amazônias**. 2ª ed. São Paulo: contexto, 2005.

HAESBAERT, R. **Regional-Global: dilemas da região e da regionalização na geografia contemporânea**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

KUNSCH, M. M. K. e DENCKER, A. F. M. (coords.). **Produção científica brasileira em Comunicação – década de 80: análises, tendências e perspectivas**. São Paulo: PORTCOM/INTERCOM/EDICON, 1997.

LOPES, M. I. V. **Epistemologia da Comunicação**. São Paulo: Loyola, 2003.

MARQUES DE MELO, J. **Teoria e pesquisa em comunicação: panorama latino-americano**. São Paulo: Cortez/Intercom/CIID, 1983.

_____. **Inventário da pesquisa em Comunicação Social no Brasil**. São Paulo: Portcom/Intercom, 1984.

_____. **Introdução – O campo da comunicação no Brasil**. In: O campo da comunicação no Brasil. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

MONTEIRO, G. V., COLFERAI, S. A. **Por uma pesquisa amazônica em comunicação: provocações para novos olhares**. In: MALCHER, M. A., SEIXAS, N. S. A., LIMA, R. L. A. e AMARAL FILHO, O. (Orgs.). *Série Comunicação, Cultura e Amazônia*, volume dois. Tema: Comunicação Miatizada na e da Amazônia. Belém-PA: Fabesp, 2011.

MORIN, E. **O método 3 – O conhecimento do conhecimento**. Trad. Juremir Machado. 3ª Ed. Porto Alegre: Sulina, 2008.

_____. **Introdução ao pensamento complexo**. Trad. Eliane Lisboa. 4ª ed. Porto Alegre: Sulina, 2011.

PESQUISA Nacional por Amostragem de Domicílios 2009 – Síntese dos Indicadores. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2009/>>. Acesso em 27/06/2012.

PESQUISA sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação no Brasil: TIC Domicílios e TIC Empresas 2010 = Survey on the use of information and communication technologies in Brazil : ICT Households and ICT Enterprises 2010/[coordenação executiva e editorial/ executive and editorial coordination, Alexandre F. Barbosa ; tradução/ translation Karen Brito Sexton]. -- São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2011. Disponível em: <<http://op.cepro.br/cgi-bin/cetic/tic-domicilios-e-empresas-2010.pdf>> Acesso em 25/03/2013.

PINTO, R. F. **Viagem das idéias**. 2ª ed. Manaus: Editora Valer, 2008

PROGRAMA de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia-UFAM. Disponível em <www.ppgsca.ufam.edu.br>. Acesso em: 27/06/2012.



ROMANCINI, R. **O campo científico da Comunicação no Brasil**: institucionalização e capital científico. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação), Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo, 2006.

SOUSA SANTOS, B. **Um discurso sobre as ciências**. 7ª ed. Porto: Edições Afrontamento, 1995.

STEINBRENNER, R. A. **Centralidade ambiental X invisibilidade urbana**. Anais do XII Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional. Belém, 2007.

TOCANTINS, L. **Amazônia**: natureza, homem e tempo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

_____. **O rio comanda a vida**: uma interpretação da Amazônia. 9ª edição. Manaus: Editora Valer/Edições Governo do Estado, 2000.

WEBER, M. H., BENTZ, I. e HOHLFELDT, A. (orgs.). **Tensões e objetos da pesquisa em Comunicação**. Porto Alegre: Sulina, 2002.